



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

1. ABERTURA

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e um minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Ano 2019 (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio)
2. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Ano 2020 (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio)

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Fábrica da Igreja de Castanheira de Pera – Comissão de Festas em Honra do Padroeiro São Domingos – Pedido de licença especial de ruído, de licença de recinto improvisado e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.2. Associação de Melhoramentos Cultura e Recreio de Escalos Cimeiros – Passeio de Motas – Pedido de parecer
- 1.3. União Recreativa Sapateirense – Pedido de apoio financeiro
- 1.4. Associação das Orquestras Geração - Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social – Projeto Comunidades Geração - Compromisso de Investimento Social
- 1.5. Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera – XVI Feira Medieval – Pedidos diversos

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.4. Alteração ao Orçamento de 2019

3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo

- 3.1. Obras particulares



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.º 7/2019, de 15 de abril, e n.º 8/2019, de 26 de abril. A Sra. Presidente questionou então se havia correções a apresentar, tendo os Srs. Vereadores do PS solicitado a introdução de algumas alterações às mesmas.

Desta forma foi decidido que a votação das mesmas ficasse adiada para próxima reunião de Câmara.

A propósito das atas, a Sra. Presidente reiterou que a questão da morosidade na elaboração das mesmas tem sido uma preocupação, apelando para que fossem reunidos esforços também em sede de reunião, por forma a facilitar a redação das mesmas, desde logo sugerindo que não houvesse sobreposição de intervenções por parte dos presentes.

Por fim, a Sra. Presidente informou que não foi possível concluir as atas n.º 9/2019, de 13 de maio, n.º 10/2019, de 30 de maio, e n.º 11/2019, de 18 de junho.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por apresentar o cartaz alusivo às comemorações do dia do Concelho, dando conta que o mesmo já foi afixado nos locais próprios para o efeito, bem como já se procedeu ao envio dos respetivos convites.

De seguida informou que a Associação Pinhais do Zêzere promove, uma vez mais, o “Passaporte Turístico” - ação enquadrada no plano de promoção turística da sua área geográfica de intervenção.

Prosseguindo, referiu que no dia de ontem teve oportunidade, a convite da Universidade Católica de Lisboa, de participar num seminário dedicado à temática do “Desenvolvimento sustentável ao nível local”, onde foi apresentado um projeto a concretizar em 19 municípios, tendo sido revelada a intenção de integrar o nosso município naquela iniciativa, que inclui um estudo dos dados dos territórios envolvidos, em coordenação com o INE e o CESOP.

Para além disto, transmitiu a informação de que o Município se fez representar na sessão solene comemorativa do dia do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Seguidamente interveio o Sr. Vereador António Antunes para, em primeiro lugar, relembrar que continuavam a aguardar pelos documentos referentes ao procedimento da adjudicação das estradas referido pela Sra. Presidente, conforme haviam solicitado na última reunião.

Na mesma senda da questão das estradas informou que trazia uma série de registos fotográficos para anexar à presente ata, da estrada principal municipal entre o Torgal e Além da Ribeira, recentemente pavimentada e na qual são



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

perceptíveis, por exemplo, o crescimento de ervas no betuminoso e a acumulação de água numa determinada zona/curva.

No seguimento daquilo que foi por si transmitido em reunião anterior, refere que existe um conjunto de situações que evidenciam uma má execução dos trabalhos nas empreitadas das redes viárias, que são visíveis, nomeadamente, neste troço. Em face destes problemas, documentados, o Sr. Vereador António Antunes recomendou, uma vez mais, que fossem realizados ensaios no sentido de aferir a qualidade dos trabalhos realizados.

Ainda sob o mote de melhoramentos na rede viária, o Sr. Vereador António Antunes deu conta que verificou que têm sido “*arrancados*” alguns marcos de propriedade pelos equipamentos utilizados para execução de alguns trabalhos nas estradas florestais. Acrescentou, ainda, que com a sua intervenção pretendia alertar para os possíveis inconvenientes que poderão advir daquela circunstância para o Município, como dono da obra, no que toca ao relacionamento com os particulares/ proprietários uma vez a questão das extremas é muito sensível.

Por outro lado, o Sr. Vereador António Antunes referiu também, querer deixar outro alerta quanto a essas intervenções nas estradas florestais porque alguns trabalhos têm decorrido em zonas de base rochosa, constatando que a realização dos mesmos tem retirado a estabilidade de algumas daquelas estradas. Em face disto, disse ter receio que no próximo inverno tal situação possa vir a provocar danos no pavimento que antes não se encontrava danificado.

Em seguida, o Sr. Vereador António Antunes frisou a necessidade de realização de limpezas na vila e nas aldeias do concelho, alertando os presentes de que existem muitas zonas onde se nota “*perfeitamente*” que não são alvo de uma intervenção há bastante tempo.

Sobre o assunto, deu como exemplo de ausência de limpeza a zona circundante do Pavilhão Gimnodesportivo, informando, a propósito, que também tem registos fotográficos que mais tarde imprimirá para ficarem anexos à presente ata, onde se pode verificar que a zona intervencionada foi apenas a que fica contigua à estrada de acesso à vila, mas que todo o resto necessita de limpeza, acrescentando que aquele lugar merece maior cuidado porque é um espaço com sombras e aprazível para as pessoas ficarem.

Prosseguindo, referiu que pretende deixar a nota de que, por todo o concelho, e mesmo dentro da própria vila muito há por fazer, lembrando que estamos em plena época turística alta.

Por fim, o Sr. Vereador António Antunes questionou se ainda terá lugar, nesta época balnear, aquela intervenção de aumento da zona de sombra na Praia das Rocas, ou se vai ser adiada.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que, a propósito da informação da Sra. Presidente sobre o cartaz das festas do concelho, questionou qual o orçamento previsto para a realização das mesmas relembrando que os Vereadores do PS defendem a adoção de um critério de responsabilidade, quer no uso, quer no gasto dos dinheiros públicos, questionando se foi esse o critério que esteve na base da decisão de este ano tenhamos “*apenas dois dias de festa no meio da semana*”.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

Prosseguindo, manifestou a sua opinião sobre o evento que está previsto realizar referindo que, *“sem prejuízo desse necessário critério de rigor de gasto”*, entende que estabelecido um orçamento para gastar nesta iniciativa seria útil prolongar as festas até ao fim de semana, assente nos *“motivos que a Sra. Presidente e o Sr. Vice-Presidente do executivo invocaram quando no ano passado vos perguntámos porque é que tínhamos cinco dias de festa”*, pelo que pretendia de ouvir as explicações da Sra. Presidente sobre a matéria.

Por último, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que tinha chegado ao seu conhecimento que o Agrupamento de Escolas teria solicitado apoio à Câmara Municipal para aquisição de uma impressora para a Escola E.B. 1., questionando se tal corresponde à verdade e se o pedido foi satisfeito.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por dizer, relativamente às intervenções nas redes viárias, que as mesmas ainda não se encontram concluídas e que não tem competência técnica para aferir se estão a ser mal executadas, lembrando, todavia, que aquelas obras estão dentro da garantia, tendo o Vereador António Antunes retorquido que *“contra factos não há argumentos e tem forma de aferir”*.

Volvendo, a Sra. Presidente reiterou o que já havia afirmado sobre o assunto, acrescentando que se compromete a obter esclarecimentos junto dos técnicos responsáveis e a trazer as respetivas conclusões em próxima reunião de Câmara.

Relativamente à questão dos marcos, a Sra. Presidente agradeceu a chamada de atenção sobre a mesma porque não tinha conhecimento, questionando o Sr. Vereador António Antunes sobre os locais onde identificou essas situações, tendo aquele informado que era no troço entre o estaleiro municipal e a estrada que liga a EN-236 ao Torgal-Além da Ribeira.

Quanto à questão dos trabalhos em zona rochosa a Sra. Presidente agradeceu, também, a chamada de atenção dando conta que ainda serão efetuadas duas intervenções naquela zona, uma com o cilindro e outra com a niveladora.

Sobre as limpezas, a Sra. Presidente respondeu que tem existido uma grande preocupação por parte deste Executivo com esse assunto, não na vila mas também nas aldeias. Referindo-se, mais concretamente à limpeza na zona do Pavilhão Gimnodesportivo lembrou que aquela área ainda não foi intervencionada há muito tempo mas apenas a alguns meses.

Acrescentou que, neste momento foi efetivamente intervencionada a parte de cima mas a limpeza não se encontra concluída e que a intenção era ser um procedimento contínuo *“mas entretanto como acabaram os jogos de futebol”* deslocaram-se os meios lá alocados para outros locais com necessidades de intervenção mais urgentes.

Prosseguindo, referiu que as condições climatéricas também não têm sido favoráveis à realização deste tipo de trabalhos. Sublinhou também que as limpezas são uma preocupação constante deste Executivo, e apesar de já terem sido tecidos elogios a intervenções realizadas, admitiu que ainda não foi obtido o resultado pretendido.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

Continuando, a Sra. Presidente informou que a intervenção de aumento da zona de sombras na Praia das Rocas será efetuada muito brevemente, todavia, ainda não lhe tinha sido comunicada uma data para o efeito.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes lembrou, relativamente à questão das estradas, que os Vereadores do PS têm vindo a deixar, desde o início dos trabalhos, a indicação de que existem procedimentos para aferir a qualidade desses trabalhos e que, na sua opinião, deveriam ser realizados sublinhando que contra factos não há argumentos e que o que se apresenta com estas fotografias *“com toda a certeza boa execução não será”*.

Em seguida, questionou a Sra. Presidente se havia dito que a obra já estava em período de garantia tendo a Sra. Presidente respondido que a obra tem garantia.

Quanto à questão dos trabalhos em zona rochosa que a Sra. Presidente respondeu que ainda iriam ser efetuadas duas intervenções, uma com o cilindro e outra com a niveladora, o Sr. Vereador António Antunes frisou que na zona referida por si esses trabalhos já tinham sido realizados.

Relativamente à informação da Sra. Presidente de que foram tecidos elogios às limpezas no concelho, o Sr. Vereador António Antunes referiu que as pessoas que terão tecido esses elogios não foram, com toda a certeza, à zona do Pavilhão Gimnodesportivo, porque não teriam a mesma opinião. Quanto à limpeza nas aldeais referiu que, pelo menos as que mais frequenta, nenhuma delas foi limpa acrescentando que provavelmente estarão a ser limpas outras aldeias do concelho e entretanto serão todas limpas. Concluiu, mencionando que lamenta que a zona do Pavilhão Gimnodesportivo esteja descuidado, porque *“acabaram os jogos de futebol”*, um espaço à entrada da vila, extremamente aprazível para muitas pessoas.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente fez referência à questão colocada pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes sobre o 4 de julho comunicando que as razões orçamentais foram preponderantes na decisão de não prolongar as celebrações do dia do concelho e que, a par disto, a União das Freguesias estaria a organizar um outro evento. Por fim, adiantou o montante de 20 mil euros como custos previstos para a realização das festas de comemoração do dia do concelho.

Com o intuito de informar relativamente à questão colocada sobre o equipamento solicitado pelo Agrupamento para a Escola E.B. 1, interveio o Sr. Vereador João Graça esclarecendo que o pedido consistia na aquisição de uma fotocopiadora, e que foi satisfeito nos moldes solicitados.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou há quanto tempo tinha sido feito o pedido, tendo o Sr. Vereador João Graça referido que foi há algum tempo mas que não podia precisar a data.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes aproveitou para tecer alguns comentários sobre as informações prestadas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

Assim, começou por dizer, em relação às festas do concelho, que se o Executivo acha que o orçamento de 20 mil euros é razoável os Vereadores do PS são *“os primeiros a subscrever esse valor”*, no entanto considera que, *“sem ultrapassar nem um cêntimo àquilo que acham que é razoável gastar nesta iniciativa poderiam ter feito um desdobramento de dias”*, o que era possível se fossem contratados artistas mais baratos que os que os que foram.

Prosseguindo, afirmou que o Executivo não pode ter *“memória curta”*, lembrando que no ano anterior a Sra. Presidente apresentou certos fundamentos que justificaram a prorrogação das comemorações do 4 de Julho até ao fim de semana, com base quer na função social e económica do evento, uma vez que este permitia que as associações locais angariassem fundos, quer na função de atração de castanheirenses que não residem habitualmente no nosso concelho, bem como de outras pessoas de fora do concelho. Nestes termos não consegue compreender a alteração de critérios de um ano para o outro.

Continuando, fez referência ao pedido de uma fotocopiadora, formulado pelo Agrupamento, comentando que o Executivo deveria saber, uma vez que é da sua competência, que *“visivelmente”* aquele equipamento foi entregue sem *“toneres”*, situação que, do seu ponto de vista, não é aceitável e que deveria ter sido acautelada.

Em resposta, o Sr. Vereador João Graça esclareceu que no momento da aquisição tiveram conhecimento de que os toneres não estariam incluídos mas que lhe teria sido dito por parte dos serviços que a Junta de Freguesia poderia querer contribuir com essa oferta, estando neste momento satisfeito o pedido.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

ORDEM DO DIA

4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ANO 2019 (DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO E DECRETO-LEI Nº 72/2019, DE 28 DE MAIO)

Considerando:

- Que, nos termos do disposto na lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos é concretizada através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa;

- Que, no dia 30 de janeiro de 2019, foi publicado o Decreto-Lei n.º 21/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação;

- Que, no dia 28 de maio de 2019, foi publicado o Decreto-Lei n.º 72/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários, bem como a gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária;

- Que, tal como consta da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das novas competências para as autarquias locais tem carácter universal e é efetuada em 2019, admitindo-se, no entanto, a sua concretização gradual até 1 de janeiro de 2021;

- Que os municípios que não pretendam exercer a respetiva competência, no ano de 2019 e, caso mantenham o mesmo entendimento, no ano de 2020, comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos;

- Que no que respeita ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e no que ao ano de 2019 concerne, a referida deliberação da assembleia municipal terá que ser comunicada à DGAL até 30 de junho de 2019;

- Que no que respeita ao Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, e no que ao ano de 2019 concerne, a referida deliberação da assembleia municipal terá que ser comunicada à DGAL no prazo de 60 dias corridos após a entrada em vigor deste diploma setorial;

- Que as competências objeto de transferência no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, não têm aplicação neste Município;

- Que, sem prejuízo do exposto no considerando anterior, ainda que tal não se verificasse teria sempre aqui aplicabilidade o disposto nas deliberações tomadas em reuniões ordinárias deste órgão realizadas a 24/01/2019, 21/02/2019 e 30/05/2019, relativas à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais que se encontravam plasmadas nos diplomas setoriais então apreciados;

- Que o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, também transfere competências para as entidades intermunicipais estipulando que o exercício das mesmas por estas entidades depende de prévio acordo dos municípios que as integram;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere aprovar a submissão da seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:

1. Considerar que as competências objeto da transferência para os órgãos municipais concretizada através do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, não são aplicáveis a este Município.

2. Sem prejuízo do exposto no ponto anterior, não aceitar a transferência de competências decorrentes do referido diploma legal, por considerar que, à semelhança do já invocado nas deliberações camarárias de 24/01/2019, 21/02/2019 e 30/05/2019 e da Assembleia Municipal de 30/01/2019 e 28/02/2019, o Município não se encontra convenientemente preparado para o efeito, nomeadamente, devido à escassez de recursos técnicos, financeiros e humanos de que padece, facto que tem causado grandes e graves constrangimentos no desenvolvimento regular da atividade municipal, a qual, sem adicional cautela e



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

ponderação, designadamente, no todo organizacional, poderia sofrer uma sobrecarga desmesurada com potenciais efeitos negativos na satisfação do interesse público que lhe está subjacente.

3. Não aceitar a transferência de competências para os órgãos municipais decorrente do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, com base nas alegações referidas no ponto anterior, a que acrescem as que constam da pronúncia sobre o ofício 604-SEAL/2019 deliberada pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 26/04/2019, cujos fundamentos em nada foram abalados pela resposta remetida pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação através de e-mail de 17/06/2019, mantendo-se, assim, aquela nos seus precisos termos.

4. Não se opor à transferência das competências tocantes à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, caso seja essa a vontade daquela entidade.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

5. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ANO 2020 (DECRETO-LEI Nº 21/2019, DE 30 DE JANEIRO E DECRETO-LEI Nº 72/2019, DE 28 DE MAIO)

Considerando as deliberações tomadas pela Câmara Municipal em 24/01/2019 e 21/02/2019 e pela Assembleia Municipal em 30/01/2019 e 28/02/2019, todas concernentes à não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes dos Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11, Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11, Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11, Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01 e Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01;

Considerando as deliberações tomadas pela Câmara Municipal em 30/05/2019 e 28/06/2019, relativamente à transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, e do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, e que ora foram propostas para decisão da Assembleia Municipal;

Considerando que se mantêm todos os fundamentos ínsitos nas supra mencionadas deliberações, que aqui se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere aprovar a submissão da seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:

1. Manter, para o ano de 2020, nos termos e com os fundamentos das deliberações atrás referidas, a não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes dos diplomas legais a seguir indicados: Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018, Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11/2018, Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11/2018, Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 104/2018,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019, Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019, Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019, Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019 e Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

6. FÁBRICA DA IGREJA DE CASTANHEIRA DE PERA – COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DO PADROEIRO SÃO DOMINGOS – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presentes requerimentos da Fábrica da Igreja - Comissão de Festas em Honra de São Domingos, representada por Palmira Tomás, a solicitar o seguinte:

- Concessão de licença para a instalação e funcionamento de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização dos festejos em Honra de São Domingos, a levar a cabo na Praça Visconde de Castanheira de Pera, nos dias 3 e 4 de agosto de 2019;
- Concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização dos referidos festejos, no horário compreendido entre as 22h.00 e as 04h.00;
- Isenção do pagamento das taxas devidas pelas licenças supra mencionadas.

Considerando o carácter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respectivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

7. ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS CULTURA E RECREIO DE ESCALOS CIMEIROS – PASSEIO DE MOTAS – PEDIDO DE PARECER

Presente e-mail remetido, em 19/06/2019, pela Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Escalos Cimeiros, informando que no âmbito das comemorações festivas daquela localidade, a Associação se encontra a organizar um passeio de motas a levar a cabo no próximo dia 14 de julho, conforme percurso assinalado em planta que anexa ao pedido, e solicitando, nesse âmbito, o licenciamento do evento.

Considerando o interesse da iniciativa para a promoção e divulgação do Concelho, bem como para a dinamização da sua atividade socioeconómica;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

Considerando o disposto no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à utilização das vias sob sua jurisdição no âmbito do referido passeio, mediante o cumprimento de todos os preceitos legais aplicáveis, nomeadamente, do prescrito no supra mencionado diploma legal, com particular ênfase para as condicionantes estatuídas no seu artigo 10.º.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

8. UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO

Presente carta remetida pela União Recreativa Sapateirense solicitando a atribuição de um subsídio para a dinamização da valência do Rancho Folclórico integrado na coletividade.

Considerando a relevância dos argumentos apresentados, nomeadamente, quanto ao papel desempenhado pelo Rancho Folclórico União Recreativa Sapateirense ao nível da etnografia local, bem como da promoção e divulgação do Concelho, propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, atribuindo à requerente um subsídio no montante de 850,00 € (oitocentos e cinquenta euros), para efeitos do desenvolvimento da atividade do rancho folclórico em apreço.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes pediu escusa por ser familiar direto (pai) de um elemento do Rancho Folclórico, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

9. ASSOCIAÇÃO DAS ORQUESTRAS GERAÇÃO – INICIATIVA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL – PROJETO COMUNIDADES GERAÇÃO - COMPROMISSO DE INVESTIMENTO SOCIAL

Presente proposta remetida pela Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal, relativa ao projeto Orquestra Geração / Música na Comunidade, que esta entidade pretende candidatar ao AVISO Nº POISE- 39-2019-11 e para o qual solicita a participação do Município, como parceiro, na qualidade de investidor social, assumindo o pagamento do montante de 18.147,30 € (dezoito mil cento e quarenta e sete euros e trinta centimos).

Considerando que a Orquestra Geração é um projeto de inclusão social através da música e tem como finalidade o desenvolvimento de orquestras infantis e juvenis com jovens a frequentar a escolaridade obrigatória, contribuindo para um crescimento mais harmonioso das mesmas;

Considerando que o projeto em causa pretende também ser um contributo para o desenvolvimento da família e de comunidades mais inclusivas;

Considerando que o mesmo tem ainda em vista, nomeadamente, o combate ao abandono e ao insucesso escolar, a promoção do trabalho de grupo, da disciplina e da responsabilidade para uma melhor cidadania, bem como o acesso a uma formação musical que de outra forma poderia não ser possível;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

Considerando que o público-alvo do projeto são os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, o que, estrategicamente, permite semear desde tenra idade princípios basilares para a sua formação, com repercussões positivas na comunidade em geral;

Considerando que se trata de um projeto inovador, não apenas por incidir na área da música, mas sobretudo por se dirigir diretamente às crianças e jovens e ter um acentuado cunho de inter-relação com toda a comunidade, nomeadamente, instituições, bem como com todas as outras áreas do saber;

Considerando que o objetivo do projeto é a constituição de uma orquestra que, só por si, é um espaço cultural e criativo, que levará a música à comunidade, traduzindo-se em momentos de alegria e lazer coletivos;

Considerando as competências conferidas ao Município no âmbito da educação, da ação social e da promoção do desenvolvimento;

Considerando que para instruir devidamente a candidatura ao Aviso em causa a Associação necessita de investidores sociais que assegurem 30% do valor global do projeto;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aceder ao pedido de apoio formulado, assumindo-se como investidor social do projeto proposto pela Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal, cofinanciando o projeto até ao montante máximo de 18.147,30 € (dezoito mil cento e quarenta e sete euros e trinta centimos), em três anos, de acordo com o calendário de financiamento proposto.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere aprovar a subscrição da Carta de Compromisso de Investimento Social, documento obrigatório na instrução da candidatura, esclarecendo que quanto ao cofinanciamento o Município se compromete a incluir nas Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal o valor necessário para o efeito, na condição da candidatura ser aprovada, efetivando então o cofinanciamento caso o projeto cumpra o plano de atividades proposto.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

10. CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE CASTANHEIRA DE PERA - XVI FEIRA MEDIEVAL – PEDIDOS DIVERSOS

Presente carta do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera, datada de 12/06/2019, informando que aquela instituição irá realizar, no dia 13 de julho de 2019, a XVI Feira Medieval e solicitando a concessão de todo o apoio logístico necessário à realização da mesma, autorização para utilização do passeio em frente aos CTT e do espaço em frente aos Paços do Concelho, bem como o fecho das ruas adjacentes à Praça Visconde de Castanheira de Pera e a disponibilização de dez artigos para rifas.

Considerando o acolhimento e a aceitação que a Feira Medieval granjeia junto da população local, sendo-lhe já atribuído um carácter tradicional;

Considerando que a realização deste evento contribui para a dinamização sociocultural concelhia e aumenta a diversificação da oferta turística disponível;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a utilização dos espaços pretendidos, o fecho ao trânsito das ruas adjacentes à Praça Visconde de Castanheira de Pera, sem prejuízo do parecer a emitir pela GNR, bem como a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

concessão do apoio logístico solicitado, no limite das competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

11. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 26 de junho de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.088.301,22 € (dois milhões oitenta e oito mil trezentos e um euros e vinte e dois cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.024.036,93 € (dois milhões vinte e quatro mil trinta e seis euros e noventa e três cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 64.264,29 € (sessenta e quatro mil duzentos e sessenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.098.444,52 € (dois milhões noventa e oito mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

12. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 17/06/2019 e 26/06/2019, registados sob os números 791 a 821 e 843 a 877, no valor total de 549.214,86 € (quinhentos e quarenta e nove mil duzentos e catorze euros e oitenta e seis cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento

13. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 25/06/2019, autorizando a 12.ª Alteração, às Grandes Opções do Plano, no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros) no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação, e de 5.000,00 € (cinco mil euros) nas Atividades Mais Relevantes, igualmente, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

14. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 25/06/2019, autorizando a 13.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 17.500,00 € (dezassete mil e quinhentos euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

15. OBRAS PARTICULARES



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

Serração Progresso Castanheirense & Transportes Palipau, LDA. vem requerer aprovação do pedido de legalização/alteração de armazém, sito no Covão do Souto (Estrada do Carregal Fundeiro, Moita), União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, bem como, aprovação do pedido de licenciamento pelo período de 24 meses.

Presente o parecer n.º 52/SPOPU/2019, de 26 de junho de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o pedido de legalização tudo nos termos e fundamentos constantes do parecer suprarreferido.

Propõe-se ainda, e no que concerne às obras de alteração, a aprovação do projeto de arquitetura e do pedido de licenciamento pelo período de 24 meses, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do parecer 52/SPOPU/2019, de 26 de junho de 2019.

Por último, determina-se o cumprimento do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, no que diz respeito à Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD).

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. OBRAS PARTICULARES

Fernando Sebastião Gomes Tomé vem requerer aprovação do pedido de legalização e autorização de utilização referente à operação urbanística de construção de moradia unifamiliar, numa parcela de terreno sita em Além da Ribeira, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o pedido de legalização e respetiva autorização de utilização, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Parecer n.º 53/SPOPU/2019, de 26 de junho de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. OBRAS PARTICULARES

Vitor Manuel Leal Colaço vem requerer a aprovação do pedido de legalização/alteração de moradia e anexo, sitos no Troviscal, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, bem como a aprovação do pedido de licenciamento pelo período de 12 meses.

Presente o parecer n.º 50/SPOPU/2019, de 18 de junho de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o pedido de legalização tudo nos termos e com os fundamentos constantes do parecer suprarreferido.

Propõe-se ainda, e no que concerne às obras de alteração, a aprovação do projeto de arquitetura e do pedido de licenciamento pelo período de 12 meses, tudo nos termos e com fundamentos constantes do parecer acima indicado.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 12/2019

Reunião Ordinária de 28 de junho de 2019

Por último, propõe-se ainda o cumprimento do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, no que diz respeito à Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD).

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

ENCERRAMENTO

18. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas e dois minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____